

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO CONSULTIVO DO MONUMENTO NATURAL (MONA)  
ESTADUAL DA PEDRA DO BAÚ**

Aos dezesseis dias do mês de Maio do ano de 2014, às 09h, reuniram-se na Casa da Cultura Miguel Reale de São Bento do Sapucaí, os membros do Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú (MONA Pedra do Baú). Renato iniciou a reunião levantando a questão da temporada e os convênios necessários entre a secretaria do meio ambiente e a prefeitura, disse que entre a secretaria do meio Ambiente e a fundação florestal para os recursos para se fazer o centro de visitantes e fazer o plano de manejo, no caso do convenio da secretaria do meio ambiente e prefeitura, foi exigido da área jurídica da secretaria que houvesse um plano emergência de uso público para que haja a possibilidade de liberar o recurso, a data para assinar o convenio é até 05 de julho. Plano de contingência de risco de uso das trilhas é um documento, uma das questões que esse plano emergencial precisa é a capacidade de carga, temos que decidir mesmo que provisoriamente, quantas pessoas por dia podem estar nas trilhas no acesso ao bauzinho e vias de escaladas. Foi discutido sobre a expansão urbana, em assunto teve-se a taxa de impostos, mas um cuidado para que esse crescimento não se torne desordenado. João Allieve levantou a questão de taxas para se visitar o complexo, não taxas exorbitantes, mas sim taxas de proteção ambiental, citou exemplos das cidades de Ilha Bela, Brotas e Bonito. Renato questionou a prefeitura sobre do porquê que é tão difícil implantar um sistema de cobrança de visitação, Marcia respondeu que fez as pesquisas, e tem todo o material e inclusive recebeu materiais do João referente a cidade de Brotas, mas que não é ela que define, precisa que a administração e a câmara municipal tenham uma iniciativa para que isso aconteça. Ítalo disse que tudo que evolva IPTU e o MONA em si, que esse assunto venha para o conselho, para não haver conflito quando estiver fazendo plano de manejo, Renato reforçou que as decisões tomadas pela prefeitura deveriam passar pelo conselho MONA, caso contrário pra que serviria o conselho, Marcia ressaltou sobre a ideia de convidar os secretários responsáveis para que possam ir até a reunião, para que assuntos sejam esclarecidos diretamente com o mesmos responsáveis por cada setor, João citou a importância de se fazer um ofício convidando os responsáveis desses setores, para que se possa ficar documentado, e a importância da resolução da ATA, para que se possa ser encaminhada a

prefeitura para assim mostrar o que é discutido nas reuniões. Renato perguntou se alguém tem alguma contradição sobre o projeto de lei da expansão urbana, Maria Assunción disse que tem de haver essa expansão, porém deverá existir um plano diretor para acompanhar esse processo, João disse que teve um grupo de cidadãos que se manifestou contra e convocou uma reunião pública juntamente com o prefeito, e o consenso da reunião foi que eles não eram contra a cobrança de IPTU, e sim a favor de que haja um plano diretor. Marcia disse que houve uma série de oficinas para o plano diretor, tínhamos todos os materiais para colocar em prática, era só dar o pontapé final e dar início, porém acabou a administração e a gente passou para a administração seguinte, e quando retornou a administração anterior já não tinha mais nada desse material, essa base da para recomeçar porém terá que ser reavaliada. Renato perguntou se existe alguma chance de o prefeito definir uma faixa congelando a possibilidade de novas instalações e de novas residências, Marília respondeu que o prefeito já está vendo juntamente com o promotor num ponto de vista legal, mas precisamos de fiscalização caso contrário esse congelamento não adiantará, e hoje não temos profissionais para atender a essa demanda, e atualmente a prefeitura não há nenhuma previsão para se aumentar o seu quadro de funcionários a não ser que aumentamos os recursos, a prefeitura está com o orçamento extremamente baixo, então se não houver essa cobrança de imposto e aumento da receita, não teremos como contratar pessoal para a fiscalização, e que Santo Antônio do Pinhal tem a metade da população e o dobro de arrecadamento, disse também sobre a responsabilidade fiscal, pois corre o risco de responder intimação do fórum por cobrar taxas de IPTU de casas muito simples do centro da cidade e casas melhores na zona rural que não estão sendo cobradas. Francisco Teixeira disse que presenciou a reunião que teve na Santa Casa com o prefeito, e lá não foi citado nada sobre responsabilidade fiscal, e disse que em São Bento tem um sério problema, pois ele não paga nenhuma taxa na região onde mora, onde já se tem toda uma estrutura urbana e não há mais produtores rurais, mas ainda continuamos a não pagar o IPTU, em compensação ouço muito de conhecidos o quanto pagam nas casas do centro, isso desconfigura uma realidade de absoluta injustiça fiscal, e reforça a ideia de que um plano diretor e uma estabilização tributária mínima são de extrema urgência. Renato fez uma sugestão para que o prefeito tome cuidado sempre que emitir uma legislação nova, fazer um diálogo um pouco mais antecipado com o conselho do MONA, quando se refere ao território do MONA, já que citamos no aspecto que o plano

diretor é fundamental, é interessante que seja passado essa sugestão do conselho ao prefeito, na discussão do regramento e uso ocupação do solo, o conselho gestor indica juntar todos os reforços necessários para buscar recursos e realizar o plano diretor, e se todos do conselho concordarem a gente coloca isso como resultado dessa conversa. Todos concordaram. Também ressaltou direcionando a palavra a Marcia, que devemos correr atrás dos 300 mil reais para o plano diretor e que no qual não é difícil captar, Marcia disse que foi atrás do ministério das cidades mas não conseguiu, secretaria e desenvolvimento econômico do estado eles disseram que apoiam só o regional. Renato levantou a questão do som emitido pelo Acampamento Paiol Grande, que na pedra do baú dava pra se ouvir, e que turistas estavam se incomodando com o barulho, não tem nenhuma lei proibindo a ouvir o som na altura que quiser, porém, incomoda as pessoas que estão ali visitando, se não houver solução partindo do paiol, teremos ter que tomar uma solução pra isso, e não só incomoda quem visita o complexo mas também é incompatível ficar com um som alto com a paisagem e todo o aspecto natural do local. Ítalo disse que da casa dele o som que se ouve é muito baixo, e que nunca se incomodou. Júlio Correa concordou com o incômodo e disse que as caixas são grandes e cornetas estão apontadas pra pedra do baú, e disse que já até fez boletim de ocorrência mas infelizmente não foi pra frente devido a burocracias do sistema, e que devem entrar num acordo, sugeriu também colocar um sistema de som dentro dos um sistema de som mais avançado para não incomodar os outros. Ricardo disse que melhorou essa questão desde a última conversa que teve com o Júlio, hoje as cornetas não funcionam mais e a solução de instalar um equipamento de som apenas dentro dos chalés é possível sim, porém durante o restante do dia em que se realiza atividades fora, precisamos sim do som, mas podemos regular e diminuir o volume, porém não irá deixar de usar o som.

Ítalo levantou a questão da decisão do plano com ou sem Fundação Pedra do Baú, sem fundação pedra do baú foi proposto, no ano passado, interromper o transito no Mirante Caramuru e colocar uma corrente e não deixar ninguém passar, e monitores para monitorar o transito, já nesse ano foi proposto um plano emergencial parecido, porém deixar de administrar o transito e administrar somente o turista, o ideal seria ter uma estrutura dizendo que aqui é um parque e com uma pessoa distribuindo algum folheto. Ítalo disse que teremos que chegar no dia 30 com a resposta sobre qual vai ser a tomada de decisão, para já ser implantada. Joao disse que tinha um acordo com a prefeitura porém não estava positivo, Marília ressaltou que o problema não é entre prefeitura e

fundação, e sim com o jurídico e presidente da fundação, a prefeitura está mantendo a parte no acordo. Renato disse que o assunto convenio e prefeitura será deixado para a reunião ordinária, assim deixando como pauta.